

LER PARA ESCREVER CRÔNICAS: O GÊNERO E SUA FUNÇÃO COMUNICATIVA

RIDING CHRONICLES FOR WRITE CHRONICLES: THE GENRE AND HIS COMUNICATIVE FUNCTION

Larissa Leal Neves*

Resumo: O presente artigo analisa o percurso de uma oficina de leitura e escrita de crônicas literárias realizada com alunos de um cursinho pré-vestibular popular de Goiânia. O enfoque da oficina deu-se na apropriação do gênero por meio da compreensão da sua função comunicativa real, buscando também cruzar essa funcionalidade com a identificação social desses sujeitos. Para a análise desse percurso, utilizamos as teorias dos gêneros discursivos de Mikhail Bakhtin e de Dominique Maingueneau, bem como as contribuições sobre leitura de Eni Orlandi, e as aproximamos, quando necessário, à teoria da crônica.

Palavras-chave: Crônica literária. Gênero discursivo. Leitura. Função social.

Abstract: This article analyses the course of a riding and writing workshop about literacy chronicles executed with students of a popular class at Goiânia. His focus was the appropriation of genre by means of apprehension of her communicative function and we intended cross this with the subject's social identity. For this analysis, we use the theorys of discoursives genres by Mikhail Bakhtin and by Dominique Maingueneau, also the contributions by Eni Orlandi about riding and we approach both with the theory about chronicle, whenever necessary.

Key words: Literacy chronicle. Discoursives genres. Riding. Social function.

Introdução

Apropriar-se de um gênero perpassa uma série de questões, dentre as quais a função comunicativa de que está investida é uma das mais importantes. Mikhail Bakhtin (2003) já havia assinalado que a existência de diversos gêneros do discurso se dá justamente porque há várias maneiras de comunicar, melhor dizendo, há diferentes necessidades a suprir por meio da comunicação verbal. Nesse sentido, compreendemos aqui a função comunicativa da maneira como é exposta por Dominique Maingueneau (1996, 2001), no seu sentido mais estrito de a que tipo de necessidade social atende um dado gênero do discurso.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, área de concentração Estudos Literários. E-mail: larileal.neves@gmail.com

Neste artigo, que pretende analisar o percurso de uma oficina realizada com alunos de um cursinho pré-vestibular popular voltada para a leitura e escrita do gênero “crônica”, enfocamos a compreensão da função social a que se destina, de maneira mais ampla, o texto literário e, especificamente, a crônica. Esta seria uma forma de aproximar os alunos deste tipo de texto encaminhando-os a uma “apropriação” real do gênero, ou seja, não visando apenas à reprodução automática de “formas” para a “interpretação textual” ou para uma “redação” de vestibular, mas abrindo campo propício ao entendimento, mesmo que embrionário, dos processos de leitura e escrita como partes de uma situação comunicacional em que estão envolvidos diversos elementos perpassados socialmente, inclusive sujeitos.

Dessa maneira, esta exposição se dará percorrendo, primeiramente, a questão da função comunicativa dos gêneros e procurará estabelecer qual seria, teoricamente, a da crônica. A seguir, apresenta os resultados da oficina, primeiramente acerca da leitura e, apenas como finalização, da escrita – dado que, pela natureza mais concisa de uma oficina, esta etapa ocorreu como produto secundário.

1. A crônica como gênero: apontamentos sobre sua situação comunicativa

Quando, neste trabalho, falamos em “função comunicativa” estamos tratando da dimensão social dos gêneros, isto é, da sua própria razão de ser enquanto enunciado constituído socialmente e somente nele dotado de sentido, como definido por Mikhail Bakhtin (2003), o campo de comunicação que determina a especificidade do gênero, inclusive compondo a sua construção formal, o seu conteúdo temático e estilo de sua linguagem. Fazem parte desta função, portanto, conforme Mainguenu (1996), os componentes da situação de enunciação: o enunciador, o destinatário, o momento e o lugar onde ocorre a enunciação. Neste primeiro momento, é sobre as duas últimas categorias que nos focaremos, pois permanecem como as que mais chamam a atenção da teoria e da crítica literária no que compete à crônica.

Bakhtin afirma que o conhecimento dos gêneros do discurso é parte do nosso conhecimento da língua materna e que toda a nossa comunicação verbal só pode realizar-se por meio deles, de maneira que “as formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas” (BAKHTIN, 2003, p. 283). Sendo

assim, não se pode falar em gênero discursivo apenas do ponto de vista da forma, desarticulado de sua funcionalidade, nem mesmo quando se trata dos chamados gêneros literários. Estes fazem parte também da forma viva da língua e, embora de natureza diferenciada dos gêneros do cotidiano (chamados gêneros primários), encontram-se a eles extremamente vinculados e, por isso, fazem parte dos gêneros secundários, de maior complexidade composicional.

Seguimos nessa ressalva orientada por Bakhtin, e destrinchada por Maingueneau, para, primeiramente, justificar a não problematização, neste trabalho, dos gêneros literários na sua perspectiva mais clássica. Compreendemos que, nessa orientação (ao menos nas teorias mais clássicas), a dimensão funcional ainda tem sido deixada em segundo plano, priorizando as dimensões formal, estilística ou temática ainda em nome da apreciação estética em si, sem atentar, da forma devida, a que tipo de comunicação atendem e, principalmente, como este contexto situacional interfere na sua qualidade literária. É conhecido, porém, que a Estética da Recepção e a Teoria do Efeito Estético tentaram romper essas barreiras ao focar a sua atenção para o leitor e, portanto, abriram espaço à dimensão comunicativa do texto literário. No entanto, seu método tem se voltado para os modos de leitura, a recepção crítica e o efeito estético causado, nos diferentes grupos sociais, por determinados gêneros em dados momentos históricos, mas focalizando, ainda, muito mais o texto literário, ou seja, o seu poder de comunicação, do que o seu processo vivo em sociedade*. Dessa maneira, acreditamos que a definição dos gêneros discursivos, que abarca com bastante clareza a especificidade dos textos literários, é para nós mais produtiva, dada inclusive a situação da crônica, sobre a qual nos deteremos agora.

A inclusão da crônica enquanto gênero literário foi, durante algum tempo, bastante problemática e permanece, ainda hoje, sendo vítima de certo preconceito no âmbito acadêmico. Isso ocorre pelo modo e, mais ainda, pelo meio onde se deu a sua origem: as primeiras crônicas, no sentido moderno do termo, eram “comentários literários” de escritores, feitos para circular em no jornal impresso. Não estaremos sendo radicais ao dizer que foi esse um dos maiores entraves para o reconhecimento do gênero no âmbito da literatura, pois, como afirma o professor Luiz Carlos Santos SIMON

* Essa crítica encontra-se presente, entre outros estudiosos contemporâneos, em ZIMMERMANN, Bernhard. *El lector como produtor: em torno a la problemática del método de la Estética de la Recepción*. IN: MAYORAL, José Antonio (coord.). *Estética de la Recepción*. Madrid: Arco/Libros, 1987, pp. 39-58.

(2004, p. 55): “esta peculiaridade no trajeto da crônica parece requerer dos estudiosos a lembrança inevitável deste vínculo que a situa num espaço intermediário, de caracterização diferenciada”. Não é, portanto, um gênero destinado, na sua concepção, a permanecer – como os romances, os poemas, concebidos para a leitura no conjunto de um livro –, mas, sendo destinado ao jornal, faz parte da sua “essência” a relação com os fatos efêmeros do cotidiano, a perecerem tão logo surjam outros fatos noticiáveis.

Entretanto, essa afinidade direta entre o gênero e o seu veículo de origem e publicização não é a mais correta. Simon afirma que, na verdade, a relação da crônica com o jornal não é estável, antes ela tem em comum com o periódico os seus temas, mas os subverte constantemente pelo ponto de vista e pela linguagem que adota. Essa é também a perspectiva de Afrânio COUTINHO (1999, p. 121) quando define a crônica como “um gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades do estilo, a variedade, a finura, e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas”. É de se notar, porém, que a afirmação de Coutinho ainda revela algum ranço clássico, ao priorizar o estilo em detrimento dos conteúdos abordados na crônica e não, como é a nossa perspectiva, de interligá-los em origem, inseparavelmente.

Vale frisar, sobre isso, que BAKHTIN (2003, p. 265) destacou a notoriedade do estilo individual na linguagem literária – mais do que noutros gêneros secundários, que permanecem mais quadrados – sem, no entanto, desvinculá-lo de sua funcionalidade dentro de um dado contexto que dá origem ao seu tipo de discurso:

[A]qui [nos gêneros da literatura de ficção] o estilo individual integra diretamente a próprio edifício do enunciado, é um de seus objetivos principais (contudo, no âmbito da literatura de ficção os diferentes gêneros são diferentes possibilidades para a expressão da individualidade da linguagem através de diferentes aspectos da individualidade.

Temos, assim, que a variação de nível de estilo depende do nível de expressão individual que o gênero comporta, logo, está diretamente associado a que tipo de comunicação atende. Está também claro, nessa definição do filósofo, que a dimensão estética da linguagem literária é amplamente valorizada, “um de seus objetivos principais”.

Destacamos esse último ponto para compreender melhor a esfera a que pertence a crônica: se é pelo seu estilo que a elevam a literatura, mas este não pode dissociar-se da sua especificidade comunicacional, portanto, não pode ser vista fora do veículo que a publiciza e dos temas que aborda, é porque a sua “razão de ser” enquanto

gênero está situada num ponto de hibridismo entre o *lugar* do literário e do jornalístico. O estilo aparece, pois, como ponto chave dessa questão, uma vez que, ao lado de sua abertura à expressão individual, a sua localização no jornal requer uma linguagem mais simples, menos formal ou ainda “afirilada”, chegando mesmo ao nível da conversa, conforme muitos críticos têm louvado, como é o caso de Davi ARRIGUCCI JR (1987, p. 55), que parece bem definir a questão ao afirmar que “ele [o cronista] pode estender a ambiguidade à linguagem e às fronteiras do gênero, sem perder o nível de estilo adequado às pequenas coisas de que trata”.

Com isso, a definição de gênero da crônica literária perpassa a sua função social a partir da sua localização dependente do contexto do jornal, este o seu lugar e momento de enunciação privilegiado, não só pela veiculação, mas pelas temáticas abordadas e pelo estilo de sua linguagem, o que, embora, nem sempre tão bem compreendido pela teoria tradicional, não passa despercebido ao se constatar que a crônica atinge “o melhor de sua realização formal quando consegue fundir os supostos contrários – a literatura e o jornalismo.” (COUTINHO, 1999, p.134). Dessa maneira, por hora contentaremos-nos em afirmar que a crônica literária sustenta, na sua definição, uma função estética intrínseca à sua função social mais evidente, que é a de refletir acerca dos fatos cotidianos, “revirando” a simples informação veiculada pelo jornal. É sobre essa base que, a partir de então, veremos como foi compreendida a crônica pelos alunos participantes da oficina.

2. Oficina de crônicas: leituras para apropriação do gênero na sua função

A “Oficina de leitura e produção de crônicas” foi realizada com oito alunos do Projeto Comunidade FazArte Vestibulares, projeto de extensão popular vinculado à Universidade Federal de Goiás, e que tem na sua concepção a Educação Popular elaborada por Paulo Freire. Destinado a alunos provenientes de escolas públicas e de baixa renda da Grande Goiânia, o projeto visa ser um apoio educativo/pedagógico para inserir esses jovens e adultos na universidade pública, oferecendo, para isso, aulas no formato de curso pré-vestibular, além de oficinas extras, aos sábados e domingos, sobre cultura e política. A oficina de crônicas, portanto, foi elaborada dentro deste último modelo.

Os alunos que participaram da oficina são “veteranos” do projeto, isto é, participam há mais de um ano e inscreveram-se nesse trabalho por livre interesse. Trata-se de alunos que não tinham praticamente nenhum contato com a leitura literária até começarem a estudar para o vestibular (conforme disseram no primeiro dia da oficina), em que esta é exigida, e que, por isso, compreendem as suas dificuldades de leitura. Dito isto, passemos à descrição do trabalho.

As “aulas” foram divididas em três momentos, sendo eles: 1º dia: círculo de conversa, em que todos falamos sobre nossas histórias como leitores, em especial de literatura; em seguida, leitura comentada, em grupo, de uma crônica sobre o vestibular; finalizando com a proposição de escrita de crônica sobre a experiência dos alunos com o vestibular; 2º dia: leitura de notícias de jornal (internet) e de crônicas; debates sobre diferenças e semelhanças dos textos; breve exposição sobre o histórico da crônica; 3º dia: leitura de crônicas recentemente veiculadas nos jornais; comentários específicos acerca da linguagem da crônica; leitura das crônicas produzidas pelos alunos. Intentando maior objetividade, analisaremos apenas três momentos desse processo, enfocando as leituras feitas em sala e comentadas por todos, são eles: (1) a leitura da crônica sobre o vestibular, no primeiro dia; (2) a leitura de notícias, seguida da leitura de crônicas, e o debate dele decorrente, no segundo dia; (3) os comentários sobre a linguagem da crônica, no terceiro dia.

A crônica escolhida para ser lida na abertura da oficina foi “O flagelo do vestibular”, de Luís Fernando Veríssimo, retirada do livro *Crônica Brasileira Contemporânea*. O texto foi lido em voz alta, de maneira que cada aluno oralizou uma parte, a sua livre escolha, sendo que em todos os momentos qualquer um poderia interferir para comentar o que achasse necessário. No entanto, a cada final de parágrafo, não tendo ninguém se disposto a comentar, eu fazia questionamentos apontando para os detalhes do texto, como: “com essa frase, o que vocês esperam que virá em seguida?”, “perceberam a ironia?”, “porque ele está dizendo isso?”. Estas perguntas se davam muito mais no sentido de fazê-los interrogar o texto ou a si próprios durante a leitura do que de buscar algum tipo de resposta formal, tanto que, a cada pergunta feita, surgiam mais comentários dos alunos sobre o modo como o cronista expunha sua opinião, que, aliás, os agradou pelo agudo humor. Nesse sentido, o caminho traçado para essa primeira leitura foi o das minúcias interpretativas do texto, priorizando o diálogo com os seus leitores de primeira viagem.

A partir disso, lembramos Eni Orlandi (2006), para quem a leitura que se atém ao nível do sentido “fixado” no texto é uma leitura interpretativa, pois ignora as condições de enunciação do discurso, tomando-o como pronto em si mesmo e apenas guiando o leitor pelos significados já elaborados. Não é, portanto, uma leitura crítica, pois dela “resulta a impressão de que há uma relação direta entre texto e o que ele significa. Portanto, enquanto intérprete, o leitor apenas reproduz o que já está lá produzido” (ORLANDI, 2006, p. 117). Sendo assim, nesse primeiro momento foi esse o nível de leitura processado, como acontece normalmente num primeiro contato com o texto, e também é comum de se proceder com os textos literários (e, infelizmente, com frequência não se vai além dele), haja vista que se fixou uma tradição, principalmente no âmbito escolar, de desenraizá-lo de seu contexto imediato e sócio-histórico.

Entretanto, nosso objetivo com a oficina de crônicas era levá-los a compreender o uso social do gênero e, por isso, não poderíamos permanecer apenas no nível da interpretação. Ao final da leitura da crônica, interroguei-os, portanto, a respeito de quem eles achavam que era o cronista, se sabiam que aquele texto tinha sido veiculado primeiramente em um grande jornal de circulação nacional, se conseguiam identificar a que público se destinava. É claro que não esperávamos respostas prontas a essas perguntas, mas, pelo contrário, questionamentos, que de fato vieram, como: “o que isso tem a ver com o texto?”, “ele não está escrito para todo mundo ler?”, “porque estamos falando de ‘cronista’, ele não é diferente do narrador?”. Perguntas de diferentes níveis de complexidade, mas cujas respostas se atrelam a uma única questão que os fez começar a *compreender* o texto: “qual a visão de vestibular que esta crônica veicula?”. Essa foi a âncora, pois, por fazerem parte, há algum tempo, de um projeto de educação popular, o qual questiona a validade do exame vestibular como meio de “ter direito” à entrada no ensino superior, possuíam já uma visão mais ampla do processo, que os levou a indícios a respeito do lugar social de onde se emitiu esse discurso: um veículo de notícias lido principalmente pelas classes médias, estas as principais camadas defensoras do exame vestibular, da meritocracia. Não entraremos aqui no debate político a partir de então ocorrido, mas ressaltamos que o seu resultado foi extremamente positivo tanto no nível da apreciação do texto em seu estilo humorístico irônico (voltaremos a esse ponto mais adiante), quanto para o início de uma leitura crítica do gênero e, podemos dizer, de uma embrionária apropriação da crônica pelos alunos. Isso foi visível, de tal modo, que podemos considerar atingido o nível de leitura

do *compreensível*, isto é, “a atribuição de sentidos considerando o processo de significação no contexto de situação, colocando-se em relação enunciado/enunciação” (ORLANDI, 2006, p. 116).

Após essa etapa, no segundo momento, a leitura comparada de notícias e crônicas (mais uma vez, publicadas em livros), o enfoque deu-se na peculiaridade do enunciador, o cronista, dentro do próprio âmbito do jornal, e na sua linguagem diferenciada. Para adentrar a delicada questão do autor/enunciador, lembramos, primeiramente, MAINGUENEAU (1996, p. 05), a respeito do discurso literário: “a figura do ‘autor’, por exemplo, não é redutível à de um locutor comum, mas não pode ser totalmente dissociada dele”. Embora a “morte do autor” tenha sido anunciada pelas teorias estruturalistas*, este é, com frequência, um tema muito caro aos estudos literários, pois, como afirmou Maingueneau, nunca é possível ignorar totalmente a figura de um enunciador “real”.

Deter-nos-emos, porém, na problemática, menos ortodoxa, mas não mais simples, do autor/cronista. Para responder a esse tipo de questionamento de um aluno, acostumado a ouvir nas aulas de literatura, com razão, que o autor real da obra literária não deve corresponder ao narrador ou ao eu-lírico, recorreremos, primeiramente, ao lugar da crônica: o jornal. Seu suporte não é, por definição, o lugar da ficção, mas o da ilusão da verdade e da objetividade, e, embora o espaço da crônica seja, como já dito, dentro do jornal um seu “avesso”, ela não escapa a essa cobrança a respeito dos acontecimentos reais, afinal, em geral o que o leitor busca nela é outro ponto de vista sobre o mesmo elemento cotidiano. Tendo isso em vista, é possível falar de um cronista na estrutura da crônica, desse enunciador real inscrito pelas páginas do jornal.

O outro ponto que corrobora essa perspectiva é a própria estrutura que a crônica pode assumir, pois, sendo ela um gênero formalmente mais livre, pode ser construída tanto na forma narrativa, mais frequente, quanto em uma forma mais lírica e, ainda, o que tem tornado a sua definição ainda mais complexa, na forma de comentário†. Dessa maneira, em especial quando a crônica toma esse último formato – e foi este o tipo priorizado até aquele momento da oficina –, não cabe outra referência ao

* Referimo-nos à famigerada resposta de Roland Barthes às escolas de análise literária de cunho biografista, presente no texto “Morte do Autor”, publicado no livro *O Rumor da Língua*. (São Paulo: Martins Fontes, 2004).

† As problematizações acerca das possíveis formas da crônica são feitas por Afrânio Coutinho (1999), bem como por MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária – prosa II*. São Paulo: Cultrix, 2001.

autor/enunciador senão mesmo a de cronista (mas sem que, para isso, precisemos adotar qualquer tipo de análise da sua biografia).

A partir dessa comparação estabelecida entre a fonte primária da crônica, que é a notícia, e o gênero acabado literariamente, cabe ainda falar a respeito do que Bakhtin definiu como a posição responsiva aos gêneros. Isso, porque, antes de perceberem a elaboração da linguagem exigida pelo gênero, os alunos notaram, enquanto leitores críticos, como a notícia pedia uma atitude diferente da crônica. Para muitos, a notícia caracterizou-se pela recepção passiva, pois, na sua estrutura estava prevista apenas a aceitação do fato narrado como verdade objetiva. Interessante notar que alguns poucos objetaram que a crônica também não aparece como um gênero aberto e que, portanto, se assemelharia, nesse sentido, à notícia. Tal questão só foi resolvida quando um dos alunos argumentou que, para ele, o humor irônico, com que era construída a primeira crônica lida, era um ponto de abertura do texto, nas suas palavras, abria “chance de o leitor ter outras leituras”. Podemos iluminar esse aparente impasse a partir da ressalva que BAKHTIN (2003, p. 272) fez aos gêneros secundários no que diz respeito à posição responsiva do leitor diante deles: “Os gêneros de complexa comunicação cultural, na maioria dos casos, foram concebidos precisamente para essa compreensão responsiva de efeito retardado”. Temos, com isso, a inclusão dos gêneros literários numa atitude responsiva que não é priorizada, mas nem por isso deixa de existir, apenas exige também um maior grau de elaboração. Daí aquela percepção do aluno – acerca da linguagem utilizada dar abertura ao texto – já encaminhar para essa responsividade, de uma maneira que não é possível na notícia, tirando o texto da pura apreciação estética, que nem mesmo corresponde à especificidade discursiva da crônica.

Finalmente, no terceiro momento, a questão enfocada foi justamente a linguagem da crônica, mais uma vez baseada na sua oposição à notícia. Nesse ponto, esboçamos algumas definições acerca do estilo dos cronistas lidos anteriormente (Luís Fernando Veríssimo, Rubem Braga, Haroldo Maranhão, Mário Prata), em que ficaram explícitas as demandas de caráter mais lírico ou mais narrativo, mais ou menos ficcional, mais ou menos humorístico. Não era objetivo que os alunos tivessem algum conhecimento teórico sobre estilo individual, da maneira como foi esboçado aqui anteriormente, mas algumas considerações fizeram-se necessárias pelas observações feitas pelos próprios alunos na etapa anterior, e que, entendemos, precisavam ser mais bem exploradas para que o nosso objetivo de explicitar a função comunicativa do

gênero fosse alcançada com maior sucesso. Porque, então, poderíamos pensar no trabalho de produção escrita.

Dessa maneira, foi preciso apreciar a dimensão especificamente literária da crônica, não a isolando de sua razão de ser original, que é o contexto jornalístico, mas estabelecendo com ele aquela relação anteriormente descrita como subversiva e, nesse sentido, quase irônica em si. Por isso, os discursos presentes nas crônicas foram analisados pelos alunos, provocados por mim quando preciso, em torno do que é comumente vinculado como notícia jornalística e como esses mesmos fatos podem aparecer na crônica, isto é, quais são os discursos possíveis para cada gênero. Dizemos, portanto, que o caráter literário da crônica foi evidenciado com esse exercício porque é, em primeira instância, pela linguagem criativamente utilizada que o discurso comum do jornal é subvertido, revirado, em privilégio de uma outra funcionalidade, a saber, estética e crítica ao mesmo tempo. E isso ocorre também porque

a linguagem literária é um sistema dinâmico e complexo de estilos de linguagem; o peso específico desses estilos e sua inter-relação no sistema da linguagem literária estão em mudança permanente. A linguagem da literatura, cuja composição é integrada pelos estilos da linguagem não literária, é um sistema ainda mais complexo e organizado em outras bases (BAKHTIN, 2003, p. 267).

Essas “outras bases” perpassam, portanto, uma função comunicativa que não se dá de maneira direta, mas, utilizando-se dos demais estilos, faz-se de uma dimensão estética para atingir diversos fins que não são, porém, unívocos. No caso da crônica, entretanto, podemos dizer que o uso do estilo individual, o ponto de vista pessoal acerca dos fatos noticiados, a sua frequente utilização para chegar a reflexões mais profundas acerca da vida e não somente do caso efêmero; todas essas características, tão discrepantes do que é o cerne do contexto jornalístico, aparecem como razões de uma funcionalidade mais explícita. É a isso que Maingueneau (2001, p. 05) chamou de “pseudo-enunciação” que é a linguagem literária, isto é, ao mesmo tempo em que remete a uma realidade enunciativa, mascara-a a ponto de torná-la outra coisa, comunicando, porém, a partir desse mascaramento, e é essa relação complexa que a enriquece.

Considerações finais

Como ressaltamos no início dessa exposição, embora a oficina tenha acontecido visando propiciar condições de apropriação do gênero crônica para uma

posterior escrita – e desde o primeiro dia tenha havido um encaminhamento nesse sentido, na forma de proposta de escrita (uma crônica sobre a experiência deles com o vestibular, em que eles deveriam definir o leitor a que queriam atingir e em que tipo de veículo seu texto seria publicado) – compreendemos que não faria sentido focar nessa realização. Isso, porque, este foi um primeiro momento de contato mais sistemático desses alunos com o gênero, interrogando-o e “revirando-o pelo avesso” enquanto leitores. Contato que, por princípio, decidimos priorizar, por entender, sobretudo, que qualquer tipo de atividade que não privilegiasse a leitura inicial seria ainda mera reprodução automática de formas. Para efeito de esclarecimento a esse respeito, cabe salientar que as crônicas foram elaboradas pelos alunos de acordo com a proposta feita e, após serem lidas pelos seus próprios autores em sala, foram apontadas sugestões, inclusive algumas pelos próprios alunos autores. Destacamos, sobre as crônicas produzidas, que a maior dificuldade dos alunos deu-se na elaboração da linguagem mais informal e, ao mesmo tempo, estilizada que a crônica pede, o que foi também indicado aos alunos. No entanto, o trabalho com a escrita deverá ser enfocado numa próxima oficina.

Os exercícios de leitura descritos foram pensados e organizados em torno do que os próprios alunos poderiam “ler” sobre a função social da crônica, descobrindo-a, portanto. Ao mesmo tempo, ao percorrer esse caminho de apreensão do gênero, acreditamos, com ORLANDI (2006, p. 117), que o sujeito-leitor, ao mesmo tempo em que problematiza o que lê, está problematizando a sua própria perspectiva enquanto leitor, em outras palavras, “explicitando as condições de produção de sua leitura, compreende”. Tais condições de produção dizem respeito àquelas condições de geração de significado que perpassam enunciador, destinatário, momento e lugar de enunciação. Sendo assim, se o sujeito-leitor sabe integrar-se a essas condições, acreditamos que se torna para ele menos complexo o caminho em direção a ser, também, um sujeito-autor. Nesse sentido, buscamos levar à prática o que BAKHTIN (2003, p. 285) já havia constatado, que

quanto melhor dominamos os gêneros tanto mais livremente os empregamos, tanto mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário), refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso.

Dito isto, podemos chegar a uma conclusão um tanto simplória, mas justa para o breve momento que foi a oficina descrita, apenas o início de um trabalho a ser melhor

desenvolvido: a crônica, sendo uma “pseudo-enunciação”, como toda obra literária, chama seus escritores e, conseqüentemente, seus leitores a perverterem as regras do intercâmbio linguístico em busca de comunicar mais do que seria possível nas efêmeras páginas do jornal, ou melhor, de toda a nossa “modernidade” que supervaloriza a informação. Sua área de comunicação específica é a estética funcionalizada em nome das máculas que nos perpassam diariamente, às quais o jornal satisfaz-se em dar nome, “noticiar”. Tendo isso em mente, mostrar aos nossos alunos que eles podem “apropriar-se”, inscrever-se enquanto sujeitos leitores e produtores desse gênero é dar-lhes autoridade para que se tornem sujeitos de suas próprias enunciações, críticas e literárias.

Referências

- ARRIGUCCI JR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. IN: *Enigma e Comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil – vol V*. São Paulo: Global, 1999.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de Linguística para o Texto Literário*. Trad. Maria Augusta Bastos de Mattos. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *O Contexto da Obra Literária: enunciação, escritor, sociedade*. Trad. Marina Appenzeller. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SIMON, Luiz Carlos Santos. Do jornal ao livro: a trajetória da crônica entre a polêmica e o sucesso. *Revista Temas & Matizes – Estudos Literários*. Cascavel: UNIOESTE, vol.03, n. 05, pp. 54-61, 2004.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. O flagelo do vestibular. IN: PINTO, Manuel da Costa (org). *Crônica Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2005.

Recebido em: 09.03.2014

Aceito para publicação em: 22.06.2014